



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data de atualização: 18/04/2011

MILITAR

SÚMULA TJ Nº 148

A INDENIZAÇÃO DE AUXÍLIO MORADIA CRIADA PELA LEI ESTADUAL Nº 958/1983 E PAGA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DA ATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TEM CARÁTER INDENIZATÓRIO E POR ISSO NÃO PODE SER INCORPORADA AOS VENCIMENTOS DO BENEFICIÁRIO QUE PASSA PARA A INATIVIDADE.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº. [2009.018.00006](#) - JULGAMENTO EM 11/01/2010 - RELATOR: DESEMBARGADOR MIGUEL ÂNGELO BARROS. VOTAÇÃO UNÂNIME.

(VER: [AUXÍLIO MORADIA](#), [INDENIZAÇÃO](#), [VENCIMENTOS](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

52. AUXÍLIO MORADIA PERCEBIDO POR POLICIAL MILITAR NÃO INTEGRA A PENSÃO PREVIDENCIÁRIA E OS PROVENTOS.

PRECEDENTES: APCV 2009.001.37921, TJERJ, 1ª C. CÍVEL, JULGADA EM 23/10/09. APCV 2009.001.35582, TJERJ, 13ª C. CÍVEL, JULGADA EM 16/10/09.

(VER: [AUXÍLIO-MORADIA](#), [PREVIDENCIÁRIO](#), [SERVIDOR PÚBLICO MILITAR](#), [VENCIMENTO](#))

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

VIDE: CONSOLIDAÇÃO NO [AVISO TJ Nº 29 DE 07/04/2011](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

10- NÃO CONSTITUI DUPLA PUNIÇÃO A PRISÃO ADMINISTRATIVA SEGUIDA DE EXCLUSÃO DE INTEGRANTE DE CORPORAÇÕES MILITARES ESTADUAIS.

11 – É COMPETENTE O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR PARA APLICAÇÃO DE PENA DE EXCLUSÃO DE PRAÇA EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR, NÃO SE APLICANDO O ART. 125, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[AVISO TJ Nº 33, DE 23/07/2002](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.ius.br

